

## EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 105/2011

O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS, por intermédio de seu Pregoeiro, designado pelo Decreto Judiciário nº 1.052/2011, em 23/02/2011, torna público para conhecimento dos interessados que **às horas (17h00) do dia primeiro de dezembro do ano de dois mil e onze (1º/12/2011)**, na sala de Reunião da Comissão Permanente de Licitação, situada no 3º (terceiro) andar, do Anexo I do Tribunal de Justiça, à Rua 19, Q.A8, Lt. 06, Setor Oeste, em Goiânia-GO, fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL, DO TIPO MENOR PREÇO POR GLOBAL**, conforme descrito neste edital e seu(s) anexo(s). Tal procedimento licitatório obedecerá, integralmente, à Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Federal nº 3.555/2000 e ao Decreto Judiciário nº 409/2003, às disposições fixadas neste edital e anexo(s) e, subsidiariamente, às normas da Lei Federal nº 8.666/1993, em atendimento ao(s) processo(s) administrativo(s) nº 3690792.

### PREGÃO PRESENCIAL

#### DO OBJETO

1. O presente pregão tem por objeto a contratação de empresa para fornecimento de lanches, conforme especificações contidas no(s) anexo(s) deste Edital.

#### DOS RECURSOS FINANCEIROS

2. As despesas decorrentes desta contratação correrão à conta dos Programas de Trabalho 2011.452.02.061.4001.4001.03.20, tendo por elementos de despesa: 3.3.90.39.07.

#### DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

3. Até **02 (dois) dias úteis** antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá impugnar o Edital, através de **petição de impugnação** devidamente encaminhada ao **Protocolo Administrativo** do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás.





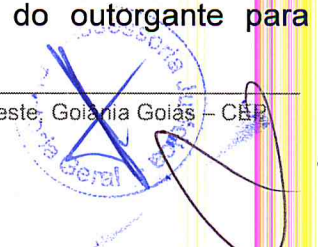
4. Não será admitida a impugnação do Edital via fax ou e-mail.
5. Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a petição de impugnação no prazo de 24 (vinte e quatro) horas após seu recebimento.
6. Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

## DA PARTICIPAÇÃO

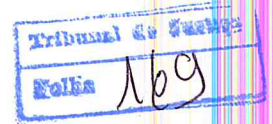
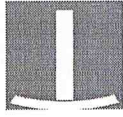
7. Poderão participar deste Pregão os interessados que atenderem a todas as exigências constantes deste edital e seu(s) anexo(s) e ainda, aqueles que contiverem no seu ramo de atividade, inserido no contrato social em vigor, a faculdade para a comercialização/fornecimento de produtos/serviços semelhantes ao objeto desta licitação.
8. A participação no procedimento licitatório implica, automaticamente, a aceitação integral dos termos deste Edital e seu(s) Anexo(s) e o pleno conhecimento dos regulamentos, instruções e leis aplicáveis.
9. Não será admitida nesta licitação a participação de firmas suspensas para licitar e/ou declaradas inidôneas para contratar com o Poder Público.
10. O Edital e Anexo(s) encontram-se à disposição dos interessados na Secretaria da Comissão Permanente de Licitação, situada no 3º (terceiro) andar, do Anexo I do Tribunal de Justiça, à Rua 19, Q.A8, Lt. 06, Setor Oeste, em Goiânia-GO, ou pelo site [www.tjgo.jus.br](http://www.tjgo.jus.br).

## DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

11. A proponente deverá fazer-se apresentar para fins de credenciamento junto ao Pregoeiro através de um representante que, devidamente munido de documento que o credencie a participar deste procedimento licitatório, venha a responder por sua representada, devendo, ainda, no ato de entrega dos envelopes, identificar-se exibindo a Carteira de Identidade ou outro documento equivalente.
12. O credenciamento far-se-á por meio de instrumento público de procuração ou instrumento particular com amplos poderes, acompanhado de cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome da proponente.
13. Na hipótese de apresentação de procuração por instrumento particular, a mesma deverá vir acompanhada do contrato social da proponente ou de outro documento, onde esteja expressa a capacidade/competência do outorgante para







constituir mandatário.

14. Em sendo sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente, deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, que lhe confira poderes para tanto, devendo identificar-se, exibindo cédula de identidade ou outro documento equivalente.

15. Não será admitido o credenciamento de um mesmo representante para mais de uma firma proponente.

16. É facultado aos interessados a participação nas sessões por seu representante legal ou especificamente nomeado. A não apresentação do documento de credenciamento (procuração), ou a incorreção deste, não inabilitará o interessado, mas impedirá o representante de se manifestar e responder pela firma participante.

17. Os interessados que porventura não puderem estar presentes no momento da abertura, poderão participar da licitação, desde que chancelem os seus envelopes no Protocolo Administrativo do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, até o primeiro dia útil que anteceder a abertura dos trabalhos, participando, quando da fase de lances, única e exclusivamente, com os valores apresentados na proposta.

18. Caso a proponente tenha interesse em valer-se das prerrogativas conferidas à MICROEMPRESAS e EMPRESAS DE PEQUENO PORTE pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, deverá apresentar, no ato do credenciamento, "Declaração de Enquadramento" devidamente certificada pela Junta Comercial competente ou certidão que comprove tal condição, emitida pela Junta Comercial, no presente exercício. A não apresentação destes documentos implica na decadência do direito ao benefício concedido. Tal documentação deverá atestar, de forma expressa, que a licitante enquadra-se na qualidade de microempresa ou empresa de pequeno porte conforme as condições preconizadas na Lei Complementar nº 123/06.

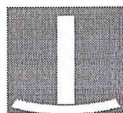
19. No que tange à comprovação da qualidade de microempresa ou empresa de pequeno porte não será aceita outra documentação senão aquela emitida e/ou certificada (deferida) pela Junta Comercial competente, consoante determinação do art. 8º da Instrução Normativa nº 103, de 22/05/2007, do Departamento Nacional de Registro do Comércio (DNRC).

## DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES

20. As Propostas de Preços e os Documentos de Habilitação deverão ser apresentados no local, dia e hora determinados, em 2 (dois) envelopes, "A" - **Proposta de Preço** e "B" - **Documentos de Habilitação**, devidamente fechados e rubricados no fecho.







**21.** Os envelopes deverão conter, ainda, em sua parte externa os seguintes dizeres:

**a)** AO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS, SECRETARIA DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO, 3º (TERCEIRO) ANDAR, DO ANEXO I DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA, À RUA 19, Q.A8, Lt. 06, SETOR OESTE, EM GOIÂNIA-GO

**b)** NÚMERO DO PREGÃO;

**c)** RAZÃO SOCIAL E ENDEREÇO DA PROPONENTE.

### DA PROPOSTA DE PREÇO (ENVELOPE A)

**22.** A proposta deverá ser apresentada em 01 (uma) via, impressa, em papel timbrado da empresa ou em folhas brancas, formato A4, com indicação do CNPJ da empresa, em linguagem clara, sem emendas, rasuras ou entrelinhas e terá validade de 60 (sessenta) dias corridos a contar da sua apresentação. Caso não seja indicado o prazo, considerar-se-á válida a proposta por 60 (sessenta) dias.

**23.** Na proposta deverá constar:

**a)** nome ou razão social da proponente, número do CNPJ, endereço completo, telefone, fax e endereço eletrônico (e-mail), este último, se houver, para contato;

**b)** indicação de marca, quando houver, referência e outros elementos indispensáveis à precisa caracterização do(s) item(ns) atendendo às especificações constantes do(s) Anexo(s) deste Edital;

**c)** valores unitário e total do(s) item(ns) cotado(s). Em caso de divergência entre o valor unitário e total, será considerado o primeiro, e entre os expressos em algarismos e por extenso será considerado este último;

**d)** O valor total dos serviços deverá englobar, além daquelas explicitadas neste edital, todas as despesas com materiais, equipamentos, mão-de-obra, transporte e ferramentas, encargos sociais, previdenciários, fiscais, trabalhistas e comerciais, seguros, tributos incidentes e quaisquer outras despesas, diretas ou indiretas, geradas para a execução da obra especificada neste edital;

**e)** garantia/validade dos produtos ofertados, se houver;

**f)** data e assinatura da proponente.

**24.** Serão desclassificadas as propostas que não atendam às exigências do presente Edital e Anexos(s), sejam omissas ou apresentem irregularidades ou defeitos que impossibilitem a exata compreensão do conteúdo da proposta.

**25.** A apresentação da proposta implicará na plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas neste Edital e Anexos.







26. O valor proposto deverá ser líquido e irrecorrível, estando nele inclusos frete, tributos, encargos sociais, demais despesas e os abatimentos e/ou descontos porventura concedidos pela licitante que, quando não indicados serão considerados inclusos no valor da proposta.

27. Após apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

## DO RECEBIMENTO E DA ABERTURA DOS ENVELOPES

28. A reunião para recebimento e abertura dos envelopes contendo as propostas de preços e documentação será pública, dirigida pelo Pregoeiro designado para o evento e realizada de acordo com a Lei nº 10.520/2002, Decreto Federal nº 3.555/2000, Decreto Judiciário nº 409/03 e em conformidade com este Edital e seu(s) Anexo(s).

29. No dia, horário e local marcados, antes do início da sessão, as proponentes deverão comprovar, por meio de instrumento próprio, poder para formulação de ofertas e lances verbais e para a prática dos demais atos do presente certame, conforme disposição da Lei 10.520/2002.

30. Após a abertura de um dos envelopes contendo proposta de preços, não mais serão admitidas novas proponentes, salvo com a anuência de todas as empresas participantes.

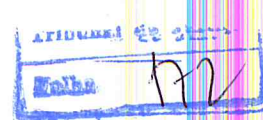
31. Iniciada a sessão, serão abertos os envelopes contendo as propostas de preços, sendo feita a sua conferência e posterior rubrica pelo Pregoeiro e pelos membros da Equipe de Apoio.

## DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DOS LANCES

32. Abertas as propostas, o Pregoeiro classificará a proponente que apresentar a proposta de **MENOR PREÇO** e aquelas com valores **superiores em até 10 (dez por cento)** da proposta de menor preço. Não se observando o mínimo de 03 (três) propostas nas condições mencionadas, serão classificadas as melhores propostas de preços subsequentes, **até o máximo de 03 (três)**, incluindo-se aí a de menor valor, para que seus autores participem de lances verbais, quaisquer que sejam os preços então apresentados, conforme disposto na Lei 10.520/2002.

33. Às proponentes classificadas conforme o item anterior será dada oportunidade para disputa, por meio de lances verbais e sucessivos, em valores distintos e decrescentes, a partir do autor da proposta classificada de maior preço.





**34.** A proponente que desistir de apresentar lance verbal, quando convocada pelo Pregoeiro, será excluída da fase de lances.

**35.** Não será permitido aos representantes das empresas classificadas, durante a realização do pregão, a utilização de aparelhos celulares ou rádios de comunicação.

**36.** Antes de iniciada a fase de lances, será estipulado pelo Pregoeiro, em comum acordo com as licitantes presentes, o valor mínimo a ser ofertado por lance, caso esse não esteja definido no Edital.

**37.** Caso não aconteçam lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a aquisição.

**38.** Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas as propostas, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito.

**39.** Em caso de participação de licitante que detenha a condição de MICROEMPRESA ou de EMPRESA DE PEQUENO PORTE, serão adotados os seguintes procedimentos:

**a)** será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, entendendo-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte, após o encerramento da fase de lances, sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada;

**b)** somente se aplicará o critério acima estabelecido quando a melhor oferta não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

**40.** Ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

**a)** a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

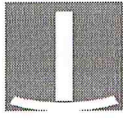
**b)** não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma da alínea anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na mesma condição, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

**41.** Não havendo o empate, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

**42.** A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada a apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o







encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

**43.** Sendo aceitável a proposta de menor preço, será aberto o envelope de Habilitação contendo os documentos exigidos para o presente Pregão.

**44.** Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias, será declarada a proponente vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto definido neste Edital.

**45.** Habilitada a licitante vencedora, o Pregoeiro solicitará ao seu representante, que firme declaração, constando o preço final ofertado (unitário e total) para cada item, expresso em moeda corrente nacional, em algarismo, com apenas duas casas decimais após a vírgula e por extenso, a qual integrará a Carta Proposta.

**46.** Se a oferta não for aceitável ou se a licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente, verificando a aceitabilidade e procedendo à habilitação da proponente, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda a todas as exigências, sendo a respectiva licitante declarada vencedora e a ela adjudicado o objeto definido neste Edital.

**47.** No caso de desclassificação de todas as propostas apresentadas, o Pregoeiro convocará todas as licitantes para, no prazo de 08 (oito) dias úteis, apresentarem novas propostas escoimadas das causas de sua desclassificação, nos termos da Lei Federal 8.666/1993.

**48.** Não havendo lances ou encerrada a etapa competitiva, o Pregoeiro poderá negociar diretamente com a proponente para que seja obtido menor preço.

**49.** Da reunião lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e que, ao final, deverá, obrigatoriamente, ser assinada pelo Pregoeiro e licitante(s) vencedora(s). Será facultada a assinatura da referida ata à equipe de apoio e às demais licitantes.

**50.** Encerrada a reunião, observando-se alteração quanto ao valor da(s) proposta(s) original(is) em relação ao valor final proposto pela licitante quando da fase de lances ou quando da negociação direta com o Pregoeiro, a empresa vencedora deverá apresentar, à Secretaria da Comissão Permanente de Licitação, em, no máximo 24 (vinte e quatro) horas, proposta atualizada, sob pena de convocação das licitantes subsequentes na ordem de classificação, para negociação e posterior adjudicação.

**51.** Não será considerada qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital.







## DA DOCUMENTAÇÃO

**52.** Para habilitação, a licitante deverá apresentar a documentação abaixo discriminada, colocada na ordem sequencial deste Edital.

**53. O envelope “B” (DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO) deverá conter:**

**53.1. Documentação relativa à habilitação jurídica:**

a) Comprovante de registro cadastral (CRC), fornecido pelo Tribunal de Justiça de Goiás ou qualquer órgão público ou entidade municipal, estadual, distrital ou federal, sendo aceito, também, o cadastro no SICAF (Sistema de Cadastro de Fornecedor), não isentando, a licitante, da apresentação dos demais documentos exigidos;

**53.2. Documentação relativa à regularidade fiscal:**

- a) prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) prova de regularidade relativa às Contribuições Previdenciárias e as de Terceiros, fornecida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil;
- c) prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), expedida pela Caixa Econômica Federal;
- d) prova de regularidade para com a Fazenda Pública Federal do domicílio ou sede da firma interessada mediante Certidão da Dívida Ativa da União, expedida pela Procuradoria da Fazenda Nacional e Certidão de Quitação de Tributos Federais, expedida pela Secretaria da Receita Federal;
- e) prova de regularidade para com a Fazenda Pública Estadual do domicílio ou sede da firma interessada, expedida pela Secretaria da Fazenda do Estado ou Distrito Federal;
- f) prova de regularidade para com a Fazenda Pública Municipal do domicílio ou sede da firma interessada, expedida pela Prefeitura Municipal, quando couber;

**53.3. relativos à qualificação técnica:**

- a) comprovação da capacitação técnico-operacional da empresa através de um ou mais atestados de capacidade técnica, expedidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, mencionando que a proponente prestou serviços, de forma satisfatória, com características semelhantes às do objeto deste Edital;
- b) declaração da empresa participante indicando, no mínimo, um engenheiro de alimentos ou nutricionista, devidamente cadastrado no órgão competente, para responder como responsável técnico pelo objeto desta licitação;
- c) certidão, emitida pela Vigilância Sanitária, de conformidade com as normas legais, das condições higiênico-sanitárias do local de produção dos alimentos solicitados e dos veículos utilizados nos transportes destes produtos;







#### **53.4. qualificação econômico-financeira:**

a) certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo Cartório Distribuidor da sede da empresa, emitida num período máximo de trinta (30) dias anteriores à data de realização do certame;

#### **53.5. declarações:**

a) declaração, sob as penalidades cabíveis, da inexistência de fato superveniente que possa impedir a sua habilitação neste certame;

b) declaração de fiel observância do disposto no artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal, nos termos da Lei Federal nº 9.854/99, art. 1º, na forma seguinte:

“Declaramos para fins de licitação junto ao Tribunal de Justiça do Estado de Goiás e sob as penas da lei, não ter em nosso quadro de empregados qualquer trabalhador menor de 16 (dezesseis) anos de idade, exceto maiores de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz. Declaramos ainda que nenhum trabalhador menor de 18 (dezoito) anos exerce trabalho noturno, perigoso ou insalubre em nossa empresa.”

c) declaração da proponente, de não possuir vínculo com o Poder Judiciário, nos termos do art. 3º da Resolução nº 07, alterada pela Resolução nº 09, de 06 de dezembro de 2005, do Conselho Nacional de Justiça, na forma seguinte:

“Declaramos para fins de licitação junto ao Tribunal de Justiça do Estado de Goiás e sob as penas da lei, ter conhecimento da vedação da manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juizes vinculados a esse Tribunal.”

**54.** Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada em cartório competente, ou publicação em órgão da imprensa oficial ou por cópias, desde que acompanhadas dos originais para conferência pelo Pregoeiro.

**55.** Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos em substituição aos requeridos no presente Edital e seu(s) Anexo(s).

**56.** Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta ou contrariar qualquer dispositivo deste Edital e seu(s) Anexo(s), o Pregoeiro considerará a proponente inabilitada.

**57.** Documentos apresentados com validade expirada acarretarão a inabilitação da proponente, salvo se possível a atualização e impressão do mesmo, via internete.







58. Havendo qualquer restrição na comprovação da regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte, será assegurado o prazo de 2 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a proponente for declarada vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação.

59. A não regularização da documentação no prazo previsto implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato.

60. A prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) não será considerada como documento concernente à regularidade fiscal para fins do item anterior.

61. Após a análise da documentação, os membros da Equipe de Apoio e o Pregoeiro rubricarão todas as folhas e demais documentos que integram o dossiê apresentado.

## DOS RECURSOS

62. Qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de interpor recurso, mediante registro em ata da síntese das suas razões, sendo-lhe, desde já, concedido o **prazo de 03 (três) dias úteis** para apresentação das correspondentes razões, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

63. A falta de manifestação imediata e motivada da licitante importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto pelo Pregoeiro ao vencedor.

64. Não serão conhecidos recursos interpostos intempestivamente ou aqueles enviados via fax.

65. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados na Secretaria da Comissão Permanente de Licitação, no 3º (terceiro) andar, do Anexo I do Tribunal de Justiça, à Rua 19, Q.A8, Lt. 06, Setor Oeste, em Goiânia-GO, até o encaminhamento à autoridade competente, para a homologação.

## DA ADJUDICAÇÃO

66. Constatado o atendimento das exigências fixadas no ato convocatório, a licitante será declarada vencedora sendo-lhe adjudicado o objeto do certame.





## DO CONTRATO

**67.** Constitui parte integrante deste edital a minuta contratual, que poderá ser alterada quando da assinatura do contrato, acrescentando ou suprimindo cláusulas e/ou parágrafos, para sua adequação.

**68.** O presente edital e seu(s) anexo(s), bem como a proposta da proponente vencedora farão parte integrante do contrato, independentemente de transcrição.

## DO EMPENHO

**69.** À licitante vencedora será concedido prazo de 03 (três) dias úteis, improrrogáveis, para retirada da Nota de Empenho, após convocação promovida pela Divisão de Compras, sob pena de decair o direito de fornecimento.

**70.** A firma adjudicatária para aceitar e receber a Nota de Empenho, poderá solicitar expressamente, à Divisão de Compras do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, o seu envio via fax.

**71.** A recusa injustificada da firma adjudicatária em aceitar ou retirar a Nota de Empenho, dentro do prazo estabelecido neste edital, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a às penalidades legais.

**72.** É facultado ao Tribunal de Justiça, quando o convocado não retirar a Nota de Empenho, no prazo e condições estabelecidos, convocar, respeitando a ordem de classificação, licitante remanescente para, estando o mesmo habilitado, efetuar o fornecimento, no prazo e condições por ele propostas.

## DA ENTREGA

**73.** Os serviços/fornecimento, objeto desta licitação, deverão ser prestados/fornecidos nos prazos, condições e locais indicados nos Anexos deste Edital.

**74.** Os serviços/fornecimento serão prestados sob a direção e coordenação da Divisão de Serviços Gerais, que terá competência para atestar a execução dos mesmos.

## O PAGAMENTO

**75.** O pagamento será feito mensalmente, em até 15 (quinze) dias úteis após a prestação dos serviços objeto da licitação, mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente.







**76.** Caso o pagamento ocorra após o prazo estabelecido no item anterior, por responsabilidade exclusiva do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, sobre o mesmo incorrerá multa de mora com base no INPC do IBGE, *pro rata temporis*, ou por outro índice substitutivo pactuado em comum acordo entre as partes.

## DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

**77.** Entregar os produtos em conformidade com o estabelecido no Edital e Anexos.

**78.** Comunicar à Divisão de Serviços Gerais, no prazo máximo de 02 (dois) dias que antecedam o prazo de vencimento da entrega, os motivos que impossibilitem o seu cumprimento.

**79.** Assumir a responsabilidade pelos encargos trabalhistas, fiscais, previdenciários e comerciais resultantes da adjudicação desta Licitação, consoante o disposto no art. 71 da Lei nº 8.666/93.

**80.** Aceitar, nos termos do art. 65, § 1º, da Lei nº 8.666/93, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor da compra.

## DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

**81.** Comunicar à empresa vencedora todas e quaisquer ocorrências relacionadas com a aquisição.

**82.** Efetuar, através da Divisão de Serviços Gerais, após apresentação da Nota Fiscal, o recebimento e aceite do(s) serviço(s) prestado(s).

**83.** Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços que a empresa vencedora prestar fora das especificações do Edital e Anexos.

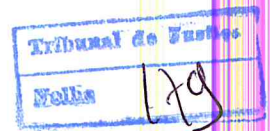
## DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

**84.** Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado, segundo a extensão da falta cometida, as seguintes penalidades previstas no artigo 87 da lei 8.666/93 e artigo 7º da Lei 10.520/2002:

a) advertência;







**b) multa de 0,2% (zero vírgula dois por cento) por dia de atraso e por descumprimento das obrigações estabelecidas neste edital, incidente sobre o valor do material não entregue;**

**c) suspensão temporária do direito de licitar e de contratar com o Tribunal de Justiça, por período de até 05 (cinco) anos, nas hipóteses e nos termos da lei 10.520/2002;**

**d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com o Tribunal de Justiça, pelo prazo de até 02 (dois) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicar a penalidade, nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei 8.666/93.**

**85. Se o total das multas atingir um valor igual a 10% (dez por cento) do preço total do objeto deste contrato, este será rescindido de pleno direito, a exclusivo critério do Tribunal de Justiça, sem prejuízo da apuração de perdas e danos.**

**86. As multas serão descontadas de qualquer crédito da CONTRATADA existente no TRIBUNAL DE JUSTIÇA, em favor deste último. Na inexistência de créditos que respondam pelas multas, a CONTRATADA deverá recolhê-las nos prazos que o Tribunal de Justiça determinar ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.**

**87. As penalidades e suspensão de licitar serão obrigatoriamente publicadas no Diário de Justiça Eletrônico e jornal de grande circulação local.**

## DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**88. É facultado ao Pregoeiro, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.**

**89. Como resultado das diligências acima referidas, objetivando um juízo de verdade real, será permitida, nos termos do art. 2º do Decreto Judiciário nº 409/03 c/c art. 11, inciso XIII, do Decreto Federal nº 3.555/00, a apresentação de documentação atualizada e regularizada na própria sessão, desde que a sua produção seja de fácil realização.**

**90. A inclusão de documentos durante a sessão será admitida desde que seja necessária a realização de diligência para apurar fatos existentes à época da licitação, concernentes à proposta de preços ou habilitação dos participantes, porém não documentados nos autos.**

**91. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do licitante, desde que sejam possíveis a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública do pregão.**







**92.** Fica assegurado ao Tribunal de Justiça o direito de, no interesse da Administração, anular ou revogar, a qualquer tempo, no todo ou em parte, a presente licitação, dando ciência aos participantes, na forma da legislação vigente.

**93.** As proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e o Tribunal de Justiça não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório e de eventual cancelamento ou anulação do certame ou de parte de seu objeto.

**94.** As proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

**95.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecidos, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

**96.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente no Tribunal de Justiça.

**97.** As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento da segurança do futuro contrato.

**98.** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à aquisição do objeto licitado.

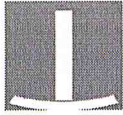
**99.** A ata referente à sessão pública deste certame, além da publicação de seu extrato no Diário de Justiça Eletrônico, bem como os atos e os procedimentos relativos aos recursos interpostos e as respostas a eventuais pedidos de esclarecimento serão divulgados, para conhecimento público, na internet no site <http://www.tjgo.jus.br>, na página **Licitação/Relatório 2011**.

**100.** Qualquer pedido de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas na interpretação do presente edital e anexo deverá ser encaminhado, por escrito, ao Pregoeiro, e entregue na Secretaria da Comissão Permanente de Licitação, situada no 3º (terceiro) andar, do Anexo I do Tribunal de Justiça, à Rua 19, Q.A8, Lt. 06, Setor Oeste, em Goiânia-GO, ou através do fax (062) 3236.2432, ou do e-mail [rjajme@tjgo.jus.br](mailto:rjajme@tjgo.jus.br).

**101.** Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes das Leis 8.666/93, 10.520/02 e do Decreto Federal nº 3.555/00.

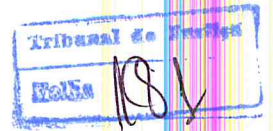






tribunal  
de justiça  
do estado de goiás

PODER JUDICIÁRIO  
Diretoria-Geral  
Comissão Permanente de Licitação

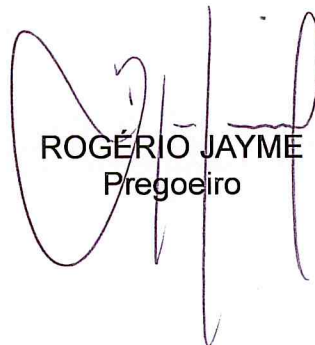


**102.** As dúvidas a serem dirimidas por telefone serão somente aquelas de ordem estritamente informal, sendo as demais, formuladas por escrito.

**103.** O foro para dirimir questões relativas ao presente edital será o desta Capital, com exclusão de qualquer outro.

Para conhecimento dos interessados, lavrou-se o presente edital, que será afixado no quadro da Secretaria da Comissão Permanente de Licitação, localizado no térreo do edifício do Palácio da Justiça, à Avenida Assis Chateaubriand, nº 195, Setor Oeste, em Goiânia-GO, estando a Secretaria à disposição dos interessados para maiores informações, no horário de 08h00 às 17h00, pelo fax (062) 3236-2432 ou telefone (062) 3236-3435 e 3236.2433 ou pela internet, no endereço [www.tjgo.jus.br](http://www.tjgo.jus.br).

Goiânia, 11 de novembro de 2011.

  
ROGÉRIO JAYME  
Pregoeiro







## ANEXO I

### EDITAL Nº 105/2011 – PREGÃO PRESENCIAL

#### MINUTA CONTRATUAL

Contrato que entre si celebram o **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE GOIÁS** e a empresa \_\_\_\_\_

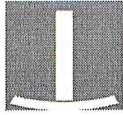
para prestação de serviços de fornecimento de refeições(lanches) para 37(trinta e sete) Desembargadores do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás.

À vista dos autos nº \_\_\_\_\_, e do Despacho Homologatório nº \_\_\_\_/2011, fls.\_\_\_\_, da Licitação nº 105/2011, o **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE GOIÁS**, situado na Av. Assis Chateaubriand nº195, Setor Oeste, cidade de Goiânia-GO, inscrito no CNPJ sob o nº 02.050.330/0001-17, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representado por seu Diretor Geral, Stenius Lacerda Bastos, brasileiro, residente e domiciliado nesta capital, e a empresa \_\_\_\_\_, situada \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, daqui por diante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo Sr. \_\_\_\_\_, Portador da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e CPF nº \_\_\_\_\_, residente e domiciliado \_\_\_\_\_, têm entre si justo e combinado o presente contrato, oriundo da licitação realizada, conforme Edital nº 105/2011, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, sob sujeição às normas da Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Federal nº 3.555/2000 e ao Decreto Judiciário nº 409/2003, às disposições fixadas neste edital e anexo(s) e, subsidiariamente, às normas da Lei Federal nº 8.666/1993, com suas alterações posteriores e observadas as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA** - O presente contrato visa a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de fornecimento de refeições (lanches) para trinta e sete (37) Desembargadores do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás.







**CLÁUSULA SEGUNDA** - Os serviços/fornecimento serão prestados de acordo com as descrições, datas e condições estipuladas no Edital, seus anexos e proposta de preços da empresa vencedora (**CONTRATADA**), que passam a fazer parte integrante deste instrumento.

**CLÁUSULA TERCEIRA** - O valor global do presente contrato é de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_).

**CLÁUSULA QUARTA** - O presente contrato entrará em vigor no primeiro dia útil após a data de sua assinatura.

**CLÁUSULA QUINTA** - Os pagamentos ocorrerão mensalmente, no prazo máximo de 15 (quinze) dias consecutivos, contados da apresentação de respectiva Nota Fiscal/Fatura de Serviços, devidamente atestada pelo setor competente.

**CLÁUSULA SEXTA** - As despesas decorrentes deste contrato correrão, neste exercício, à conta da Dotação Orçamentária nº \_\_\_\_\_, do Elemento de Despesa nº \_\_\_\_\_, conforme Nota de Empenho nº \_\_\_\_\_, datada de \_\_\_\_\_, no valor de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_).

**CLÁUSULA SÉTIMA - O CONTRATANTE se obriga a:**

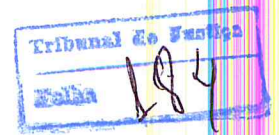
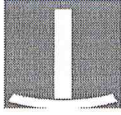
- a) efetuar o pagamento nas condições e preços pactuados;
- b) tomar as medidas necessárias quanto ao fiel cumprimento do objeto contratado;
- c) comunicar à empresa vencedora todas e quaisquer ocorrências relacionadas com a prestação dos serviços;
- d) rejeitar, no todo ou em parte, o serviço que a entidade vencedora entregar fora das especificações do edital e anexo(s).

**CLÁUSULA OITAVA - Constituem obrigações da CONTRATADA:**

- a) prestar os serviços/fornecimentos, objeto desta licitação, de acordo com as condições e prazos propostos, e demais especificações constantes do Edital e Anexos;
- b) manter, compatibilidade com as obrigações assumidas e todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, durante toda a vigência contratual;
- c) apresentar, de acordo com a execução dos serviços/fornecimentos, a Nota Fiscal/Fatura correspondente;







d) assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação do certame;

e) aceitar, nos termos do art. 65, § 1º, da Lei nº 8.666/93, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato;

f) assumir a inteira e única responsabilidade pela quitação de quaisquer débitos decorrentes da execução do objeto deste Contrato, não tendo o Tribunal de Justiça do Estado de Goiás qualquer responsabilidade solidária.

**CLÁUSULA NONA** - Este contrato poderá ser alterado em qualquer das hipóteses previstas no artigo 65 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

**CLÁUSULA DÉCIMA** - Nos termos do artigo 87 da Lei nº 8.666/93, pela inexecução total ou parcial deste contrato, o **CONTRATANTE** poderá aplicar à **CONTRATADA**, mediante publicação no Diário Oficial, as seguintes penalidades:

a) advertência;

b) multa de 0,2% (zero vírgula dois por cento) calculada e descontada da parcela a vencer.

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) declaração de idoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA** - Os casos omissos serão resolvidos de comum acordo entre as partes, sendo aplicadas, se necessário, as disposições das Lei 8.666/93 ou, se for o caso, a legislação comum.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA** - Constitui motivo de rescisão deste contrato qualquer das ocorrências previstas no art. 78, que se efetivará na forma estabelecida no art. 79, ambos da Lei Federal nº 8.666/93

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA** - Ao presente contrato ficam vinculados, como se transcritos fossem, o Edital de Licitação nº1052011, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, e seus anexos.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA** - Como gestor do presente contrato fica







tribunal  
de justiça  
do estado de goiás

PODER JUDICIÁRIO  
Diretoria-Geral  
Comissão Permanente de Licitação

Tribunal de Justiça  
Materia 185

designado o diretor da Divisão de Serviços Gerais do **CONTRATANTE**.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA** - Fica eleito o Foro da Comarca de Goiânia, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir as dúvidas que por ventura surgirem em decorrência da execução do presente contrato.

E, por estarem justas e combinadas, as partes assinam o presente instrumento, em três vias, de igual teor e forma, perante testemunhas abaixo.

Goiânia, de de 2011.

---

Stenius Lacerda Bastos  
Diretor Geral do Tribunal de Justiça de Goiás  
**CONTRATANTE**

---

**CONTRATADA**

---

**TESTEMUNHA**

---







## ANEXO II

### EDITAL Nº 105/2011 – PREGÃO PRESENCIAL

ITENS A SEREM UTILIZADOS NA COMPOSIÇÃO DOS LANCHES E ESTIMATIVA DE PREÇOS					
TEM	QUANT.	UND	ESPECIFICAÇÃO	VALOR UNT.	VALOR TOTAL
1	19.536	Und.	SANDUÍCHE	R\$ 1,77	R\$ 34.578,72
2	19.536	Und.	SALGADO	R\$0,42	R\$ 8.205,12
3	19.536	Und.	BOLO	R\$0,70	R\$ 13.675,20
4	19.536	Und.	DOCE	R\$1,00	R\$ 19.536,00
5	3.419	l.	SUCO	R\$ 5,30	R\$ 18.120,70
6	3.419	l.	REFRIGERANTE	R\$ 3,33	R\$ 11.385,27
<b>VALOR TOTAL</b>					<b>R\$ 105.501,01</b>

#### Observações:

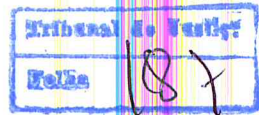
1. Todos os alimentos deverão ser preparados com produtos de primeira qualidade, observados os procedimentos de higiene e prazo de validade;
2. A empresa contratada deverá atender as exigências da Vigilância Sanitária para esse ramo de atividade, mantendo o Alvará sanitário atualizado;
3. Os produtos deverão ser entregues acondicionados em embalagens próprias para alimentos e transportados em recipiente térmico, objetivando sua conservação.
4. Não serão aceitos produtos congelados e descongelados;
5. Cada espécie de produto deverá ser embalada e transportada separadamente;
6. Quando solicitado pela Contratante, a empresa Contratada deverá apresentar documento fiscal que comprove a procedência e qualidade dos produtos. Exemplificando: **Presunto** - o produto deverá ser embalado e conter o selo do SIF (Serviço de Inspeção Federal);
7. A Contratante poderá, em casos excepcionais, solicitar a entrega dos serviços em outro endereço, desde que respeitada uma distância de aproximadamente 30 km de sua sede;
8. Será de inteira responsabilidade da Contratada o fornecimento, entrega, não sendo permitida a subcontratação;





tribunal  
de justiça  
do estado de goiás

PODER JUDICIÁRIO  
Diretoria-Geral  
Comissão Permanente de Licitação



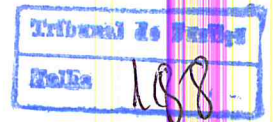
9. Uma comissão, composta de servidores do Tribunal de Justiça, realizará visita às instalações da empresa vencedora do certame, para verificar as condições de instalação e preparação dos alimentos.

Goiânia, 11 de novembro de 2011.

  
ROGÉRIO JAYME  
Pregoeiro







## ANEXO III

### EDITAL Nº 105/2011 – PREGÃO PRESENCIAL

# TERMO DE REFERÊNCIA

#### 1 OBJETO

Contratação de empresa especializada para o fornecimento de lanches destinados a 37 (trinta e sete) desembargadores do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, pelo período de 12 (doze) meses.

#### 2 EMBASAMENTO LEGAL

- Lei nº 8.666/93, com a redação dada pela Lei nº 9.648/98;
- Lei nº 10.520/2002;
- Decreto 3.555/2000;
- Normas da Vigilância Sanitária, a respeito de fabricação e comercialização de alimentos.

#### 3 JUSTIFICATIVA

Contratação solicitada para prover o Tribunal de Justiça do Estado de Goiás com os serviços de fornecimento de lanches/café da manhã para os magistrados. E almejando um futuro aumento de magistrados.

#### 4 VIGÊNCIA

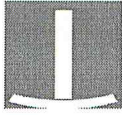
A vigência do contrato de fornecimento de lanches que tratam este Termo de Referência será de 12 (doze) meses, com possibilidade de renovação nos termos da Lei nº 8.666/93.

O fornecimento objeto deste Termo de Referência deverá ser prestado no prédio do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, em Goiânia-GO, em conformidade com os quantitativos estimados e apresentados neste Termo de Referência.

#### 5 COMPOSIÇÃO DOS LANCHES

Os lanches a cada dia, de acordo com solicitação do gestor do contrato, serão compostos pelos itens a seguir:





## 5.1 Sanduíches

### 5.1.1 Tipos de Pão – Cada unidade com aproximadamente 25g – 2 (dois) tipos por pessoa/dia:

- Pão Sírio;
- Pão de Forma Integral;
- Pão de Forma
- Ciabatta;
- Pão de Cachorro Quente;
- Pão Mini Francês;

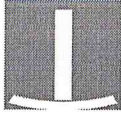
### 5.1.2 Tipos de Recheio - com peso aproximado de 25g para cada sanduíche – 2 (dois) tipos por dia, aplicados em cada metade do quantitativo de sanduíches por pessoa/dia:

- Queijo branco com peito de peru;
- Queijo, Tomate e Orégano;
- Misto Frio - Queijo Mussarela e Presunto
- Patê de frango;
- Patê de atum;
- Ricota com tomate seco;
- Ricota com passas;
- Salsicha de peru, carne suína ou frango com molho de tomate (cachorro quente);
- Frango desfiado e requeijão;

### 5.2 Salgados Tamanho Coquetel – Com aproximadamente 20g cada - 2 (dois) salgados por pessoa/dia.

- Bolinha de queijo;
- Esfiha de carne;
- Esfiha de ricota;
- Cachorrinho de folhado;
- Esfiha de queijo;
- Coxinha de carne;





- Coxinha de frango;
- Pão de queijo;
- Croissant- recheio de frango;
- Pastel de forno de frango com catupiry;
- Croissant- recheio de presunto e queijo;
- Pastel de forno de presunto e queijo;
- Croissant- recheio de queijo;
- Croquete com recheio de presunto e queijo;
- Croquete com recheio de queijo;
- Risoles de carne ou frango ou palmito;
- Empada de frango e/ou palmito;
- Enroladinho de presunto e queijo.

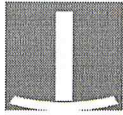
**5.3 Bolos – Com fatias de aproximadamente 60gr cada – 2 (duas) fatias por pessoa/dia.**

- Bolo de abacaxi;
- Bolo de banana;
- Doce folheado com recheio;
- Bolo de cenoura com cobertura de chocolate;
- Bolo de chocolate;
- Bolo de fubá;
- Bolo formigueiro;
- Bolo de limão;
- Bolo de laranja;
- Bolo de maçã com canela;

**5.4 Doces – Tamanho coquetel – aproximadamente 20g cada unidade - 2 (duas) unidades por pessoa/dia.**

- Brigadeiro, Cajuzinho, Beijinho;
- Olho de Sogra, Dois Amores.





## 5.5 Bebidas

**5.5.1 Sucos – Normal e Light – Industrializados – mínimo 2 (dois) tipos por dia, sempre tendo opção light – 350ml (0,35 litros) para cada pessoa/dia.**

- Laranja, abacaxi, uva, goiaba, caju, acerola, graviola, morango, manga, pêssago e maracujá

**5.5.1.1** Entregues gelados em embalagens longa vida , tendo estampado na embalagem os ingredientes que compõem o produto, original do fabricante, dentro da validade permitida para o consumo.

**5.5.2 Refrigerantes - Normal e Diet/Zero ou Light – 2 (dois) tipos por dia, sempre tendo opção light/diet ou zero - 350ml (0,35 litros) para cada pessoa/dia.**

- Coca Cola, Guaraná, Soda Limonada, na embalagem original do fabricante, com informação dos ingredientes que compõem o produto, original do fabricante, dentro da validade permitida para o consumo.

## 6 DA QUALIDADE DOS PRODUTOS

**6.1** Todos os alimentos deverão ser preparados com produtos de primeira qualidade, observados os procedimentos de higiene e prazo de validade;

**6.2** A empresa contratada deverá atender as exigências da Vigilância Sanitária para esse ramo de atividade, mantendo o Alvará sanitário atualizado;

**6.3** Os produtos deverão ser entregues acondicionados em embalagem própria para alimentos e transportados em recipiente térmico, objetivando sua conservação e também deverão, quando montados/servidos, ser postados nas mesas cobertos por toalhas de pano limpo, fornecidas pelo Contratante;

**6.4** Não serão aceitos produtos congelados e descongelados;

**6.5** Cada espécie de produto deverá ser embalada separadamente e transportada adequadamente;

**6.6** Quando solicitado pelo Contratante, a empresa Contratada deverá apresentar documento fiscal que comprove a procedência e qualidade de todos os produtos discriminados acima, exemplo: **Presunto** o produto deverá ser embalado e conter o selo do SIF (Serviço de Inspeção Federal).

## 7 QUANTIDADES NECESSÁRIAS

Deverão ser fornecidos, por dia, as seguintes quantidades de itens por pessoa:







ESPECIFICAÇÃO	UND	QUANTIDADE DE ITENS PARA CADA PESSOA/DIA
Sanduíche	und	2
Salgado Tamanho Coquetel	und	2
Bolo (fatias de 60gr)	und	2
Doces Tamanho Coquetel 20gramas	und	2
Sucos	litro	0,35
Refrigerantes	litro	0,35

## 8 QUANTIDADE TOTAL DE LANCHES

8.1 O fornecimento será diário, correspondendo a 1 (um) lanche por dia, por pessoa, para semana de 5 dias, e mês comercial de 22 dias úteis.

ITEM	UND.	ESPECIFICAÇÃO	QTD. DE ITENS PARA CADA PESSOA/DIA	QTD. PESSOAS/DIA	QTD. DIAS ÚTEIS	QTD. TOTAL PARA 12 MESES
1	und	Sanduíche	2	37	264	19.536
2	und	Salgado	2	37	264	19.536
3	und	Bolo	2	37	264	19.536
4	und	Doce	2	37	264	19.536
5	litro	Suco	0,35	37	264	3.418,8
6	litro	Refrigerante	0,35	37	264	3.418,8

## 9 SOLICITAÇÃO DE FORNECIMENTO

9.1 Será encaminhado semanalmente pela Contratante, formulário específico com a solicitação de fornecimento, contendo cardápio a ser fornecido, que poderá ser feito por meio de fax e/ou e-mail, desde que comprovado o recebimento.

9.2 O prazo mínimo para o encaminhamento da solicitação de fornecimento de lanches pela Contratante será de 48 (quarenta e oito) horas antes do fornecimento.

9.3 As quantidades solicitadas, o horário e o local de entrega serão estabelecidos na respectiva solicitação de fornecimento;

9.4 A Contratante poderá definir cardápio na ocasião do pedido de fornecimento, desde que respeitados os limites contratuais por pessoa e, caso não o





faça, a empresa contratada poderá fazer a composição e distribuição conforme quantitativos e sugestões supracitadas;

**9.5** O endereço para entrega da solicitação de fornecimento será:

- Prédio-sede do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás - Desembargador Clenon de Barros Loyola, situado na Av. Assis Chateaubriand, nº 195, Setor Oeste, Goiânia – Goiás;

**9.6** A Contratante poderá, em casos excepcionais, solicitar a entrega dos Lanches em outro endereço, desde que respeitada uma distância de aproximadamente 30 km de sua Sede.

**9.7** O horário limite para entrega do lanches será até 14h30 (quatorze horas e trinta minutos).

**9.8** A Contratante poderá aumentar ou diminuir as quantidades dos lanches solicitados em até 20% da quantidade inicialmente requerida, a seu critério, desde que seja feito com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência.

**9.9** Critérios de preparo e embalagens:

**9.9.1** Os lanches deverão ser confeccionados no mesmo dia das entregas, além de apresentar um aspecto agradável e atrativo para uma boa degustação, sendo fornecidos quentes e apetitosos;

**9.9.2** As embalagens deverão estar limpas, lacradas e com qualidade e resistência suficientes para não danificar o seu conteúdo.

**9.10** O acompanhamento dos serviços prestados ao Tribunal de Justiça, ficará a cargo da Divisão de Serviços Gerais, que fará a escolha semanal do cardápio a ser servido.

## 10 DA VISITA TÉCNICA

**10.1** Uma comissão, composta de servidores do Tribunal de Justiça, realizará visita às instalações da empresa vencedora, para verificar as condições de instalação e preparação dos alimentos ora licitados nesse certame.

## 11 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

**11.1** A Contratada obriga-se a:

**11.1.1** Manter, durante a execução do contrato, endereço e telefone para contato permanentemente atualizados;

**11.1.2** Fornecer e responsabilizar-se pelo transporte de todos os materiais, necessários à execução dos serviços.







**11.1.3** Colocar à disposição da Contratante, somente profissionais capacitados.

**11.1.4** Levar imediatamente ao conhecimento do Gestor do Contrato, qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorra durante a execução dos serviços, para adoção de medidas cabíveis, bem como, comunicar, por escrito e de forma detalhada todo tipo de acidente que eventualmente venha a ocorrer no período contratual;

**11.1.5** Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo Gestor do Contrato, atendendo de imediato todas as reclamações;

**11.1.6** Responder pelo cumprimento dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal;

**11.1.7** Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações a serem assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Termo de Referência;

**11.1.8** Informar da necessidade de eventuais interrupções programadas dos serviços, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias;

**11.1.9** Aceitar, nas mesmas condições ora avençadas, acréscimo ou supressão de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor atualizado do contrato, conforme disposto na Lei n.º 8.666/93, art. 65, I, "b" e seus parágrafos.

## **12 OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**12.1** A Contratante obriga-se:

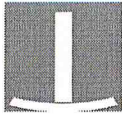
**12.1.1** Quando necessário, colocar à disposição dos técnicos da Contratada, o espaço e móveis para prestação do serviço;

**12.1.1** Assegurar-se de que os preços contratados estão compatíveis com aqueles praticados no mercado pelas demais empresas que execute serviços similares ao objeto do contrato, de forma a garantir que sejam mais vantajosos para o Tribunal de Justiça;

**12.1.1** Acompanhar e fiscalizar o andamento dos serviços, por intermédio do Gestor do Contrato;

**12.1.2** Dar providências às recomendações da Contratada, concernentes às condições e uso correto dos elevadores, divulgar orientações e fiscalizar procedimentos;





tribunal  
de justiça  
do estado de goiás

PODER JUDICIÁRIO  
Diretoria-Geral  
Comissão Permanente de Licitação

Tribunal de Justiça  
Mesa 195

**12.1.3** O início dos serviços se dará imediatamente após a assinatura do contrato.



ROGÉRIO JAYME  
Pregoeiro

